Castor – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
CNPJ 22.667.831/0001-54
(Administrado pela Oliveira Trust Servicer S/A - CNPJ: 02.150.453/0001-20)

Demonstrações financeiras

Exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

UHY Bendoraytes & Cia

Av. João Cabral de Mello Neto 850
Bloco 3, 1301 a 1305
Rio de Janeiro, RJ
Brazil

Tel +55 21 3030 4662
Email info@uhy-br.com
Web www.uhy-br.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e cotistas do
Castor – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Castor – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), administrado pela Oliveira Trust Servicer S/A., que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro 2023. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ação de companhia fechada

Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo estava classificado como "não entidade de investimento" e possuía investimentos em ações de companhia de capital fechado, no montante de R$ 860.643 mil, equivalentes a 93,10% do seu patrimônio líquido, registrado pelo método da equivalência patrimonial. Devido à relevância da participação dessa companhia no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, consideramos este assunto como um dos principais em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Realização de testes de movimentação, custódia e valorização ações de companhias de capital fechado e do registro dos respectivos resultados operacionais; (ii) testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, incluindo correspondente liquidação financeira e; (iii) recálculo do método de equivalência patrimonial, avaliando a documentação suporte e a integridade dos registros efetuados, incluindo a análise das demonstrações financeiras da companhia investida. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Fundo nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

O exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentado para fins de comparação, foi examinado por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação de opinião datado de 15 de junho de 2023.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das suas operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com à administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2024

UHY BENDORAYTES & Cia
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8



MARCOS FERREIRA
Contador
CRC 1RJ 112467/O-9

Digitally signed by MARCOS SILVA FERREIRA:10082701725
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia, ou=19453723000174, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em branco), cn=MARCOS SILVA FERREIRA:10082701725
Date: 2024.06.04 14:29:29 -03'00'

Castor - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 22.667.831/0001-54

(Administrado pela Oliveira Trust Servicer S.A.)

CNPJ: 02.150.453/0001-20

Demonstração da Posição Financeira

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

		2023		2022	
Ativo	**Nota**	**Mercado/ Realização**	**% sobre PL**	**Mercado/ Realização**	**% sobre PL**
Ativo Circulante		**29.612**	**3,20%**	**26.294**	**2,84%**
Caixa e equivalentes de caixa		**133**	**0,01%**	**102**	**0,01%**
Disponibilidades		**1**	**0,00%**	**2**	**0,00%**
Bancos conta movimento	**4**	1	0,00%	2	0,00%
Cotas de fundo de investimento		**132**	**0,01%**	**100**	**0,01%**
OT Soberano FI RF Referenciado DI	**4.i**	132	0,01%	100	0,01%
Titulos e valores mobiliários		**29.479**	**3,19%**	**26.192**	**2,83%**
Títulos dados como garantia		**29.479**	**3,19%**	**26.192**	**2,83%**
Santander Tit Publ DI Ref	**5.a**	29.479	3,19%	26.192	2,83%
Ativo não circulante		**894.793**	**96,81%**	**1.207.882**	**130,67%**
Investimento em ações de companhia fechada		**860.643**	**93,10%**	**1.136.346**	**122,93%**
Companhias de capital fechado	**6**	860.643	93,10%	1.136.346	122,93%
Valores a receber		**34.150**	**3,70%**	**71.536**	**7,74%**
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	**6**	34.150	3,70%	71.536	7,74%
Total do ativo		**924.405**	**100,01%**	**1.234.176**	**133,51%**
Passivo					
Valores a pagar		**19**	**0,00%**	**22**	**0,00%**
Taxa de custódia e auditoria		12	0,00%	19	0,00%
Taxa B3/SELIC		7	0,00%	3	0,00%
Total do passivo		**19**	**0,00%**	**22**	**0,00%**
Patrimônio líquido		**924.386**	**100,01%**	**1.234.154**	**133,51%**
Cotas integralizadas/amortizadas		389.435	42,13%	892.478	72,31%
Reserva de lucros acumulados		534.951	57,87%	341.676	27,69%
Patrimônio líquido e passivo		**924.405**	**100,01%**	**1.234.176**	**133,51%**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Castor - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
CNPJ: 22.667.831/0001-54

(Administrado pela Oliveira Trust Servicer S.A.)

CNPJ: 02.150.453/0001-20

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Resultado de investimento de companhias fechadas		**190.655**	**193.139**
Equivalência patrimonial	**6.c**	190.655	193.139
Resultado com aplicação em cotas de fundo de renda fixa		**3.375**	**3.573**
OT Soberano FI RF Referenciado DI	**4.i**	11	261
Santander Tit Publ DI Ref	**5.a**	3.364	3.312
Outras despesas		**-**	**(3.210)**
Utilização da conta garantia - repasse ao comprador	**6.a**	-	(3.210)
Reversão de provisões operacionais		**-**	**(1)**
Despesas	**10**	**(755)**	**(728)**
Taxa de administração		(334)	(399)
Taxa de custódia e auditoria		(177)	(206)
Taxa B3/SELIC		(110)	(71)
Advogados		(77)	-
Outras depesas		(57)	(52)
Total do resultado do exercício		**193.275**	**192.774**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Castor - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
CNPJ: 22.667.831/0001-54

(Administrado pela Oliveira Trust Servicer S.A.)

CNPJ: 02.150.453/0001-20

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**193.275**	**192.774**
Resultado abrangente total		**193.275**	**192.774**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Castor - Fundo de Investimento em Participações

CNPJ: 22.667.831/0001-54

(Administrado pela Oliveira Trust Servicer S.A.)

CNPJ: 02.150.453/0001-20

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Cotas integralizadas / amortizadas	Reserva de lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**11**	**904.552**	**151.493**	**1.056.045**
Integralização de cotas		10.235	-	10.235
Amortização de cotas		(22.309)	-	(22.309)
Distribuição de lucros		-	(2.591)	(2.591)
Resultado líquido do exercício		-	192.774	192.774
Em 31 de dezembro de 2022	**11**	**892.478**	**341.676**	**1.234.154**
Integralização de cotas		40.700	-	40.700
Amortização de cotas		(543.743)	-	(543.743)
Distribuição de lucros		-	-	-
Resultado líquido do exercício		-	193.275	193.275
Em 31 de dezembro de 2023	**11**	**389.435**	**534.951**	**924.386**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Castor - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
CNPJ: 22.667.831/0001-54

(Administrado pela Oliveira Trust Servicer S.A.)

CNPJ: 02.150.453/0001-20

Demonstração dos fluxos de caixa - Método direto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado com aplicação em cotas de fundo de renda fixa		11	261
Taxa de administração		(334)	(399)
Taxa de custódia e auditoria		(184)	(200)
Taxa B3/SELIC		(106)	(72)
Advogados		(77)	-
Outras depesas		(56)	(52)
Caixa líquido das atividades operacionais		**(746)**	**(462)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aumento de capital social	**6.d**	(40.000)	(10.000)
Atualização conta garantia		77	-
Utilização da conta garantia - repasse ao comprador	**6.a**	-	28.411
Resgate da conta garantia	**6.a**	-	(3.211)
Caixa liquido das atividade de investimento		**(39.923)**	**15.200**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de cotas	**11**	40.700	10.235
Amortização de cotas		-	(22.309)
Distribuição de lucros		-	(2.591)
Caixa líquido das atividades de financiamento		**40.700**	**(14.665)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**31**	**73**
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício		102	29
Caixa e equivalentes de caixa - fim do exercício		133	102
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**31**	**73**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Castor – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
CNPJ 22.667.831/0001-54
(Administrado pela Oliveira Trust Servicer S/A - CNPJ: 02.150.453/0001-20)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando especificado.

1 Contexto operacional

O Castor – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo") foi constituído sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2015. O Fundo possui prazo de duração de 20 anos, contados da data de registro, podendo ser prorrogado mediante aprovação pela assembleia geral.

O Fundo tem como objetivo obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas mediante a aquisição de valores mobiliários. Os investimentos nos títulos e valores mobiliários deverão propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia investida, com efetiva influência, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

A gestão e a administração da carteira do Fundo competem à Oliveira Trust Servicer S.A. ("gestora" e "administradora").

O Fundo é destinado exclusivamente a Investidores Profissionais residentes no Brasil. O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R$ 1.000 por Investidor Profissional, observado que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de qualquer cotista.

O Fundo não se qualifica como uma entidade de investimento, para fins do previsto na Instrução CVM 579, de 30 de agosto de 2016 e alterações posteriores, considerando a análise realizada pela administradora quanto aos aspectos do investimento do Fundo nas companhias investidas em relação àqueles descritos no artigo 4º da ICVM 579, tendo em vista (i) a ausência de discricionariedade do gestor na realização deste investimento, a (ii) ausência da distribuição de cotas do Fundo a outros investidores para fins de captação de recursos para realização de investimentos nas companhias investidas, e (iii) a existência de cotista indireto do Fundo indicado por este como membro do Conselho de Administração das companhias investidas.

Com relação às características dos investimentos mencionados nos incisos III e IV do artigo 5º da ICVM 579, observa-se (i) a existência de influência e participação na administração das companhias investidas por cotistas diretos do Fundo, e (ii) que há relação societária prévia entre os cotistas e as companhias investidas.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, pela Gestora ou por qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Os cotistas estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido se torne negativo.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis aos fundos de investimento, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), incluindo a Instrução CVM nº 579/16 de 30 de agosto de 2016 e pelas orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A Resolução CVM n° 175, entrou em vigor em 2

de outubro de 2023. Os fundos de investimento imobiliário em funcionamento na data de início de vigência da norma terão prazo limite para se adaptarem integralmente às disposições da referida Resolução até 31 de dezembro de 2024. Em 12 de março de 2024, a CVM emitiu a Resolução CVM nº 200 que posterga o prazo de adaptação para 30 de junho de 2025.

Considerando esse prazo, o Fundo ainda não foi adaptado à nova Resolução. Os impactos da adaptação do Fundo à nova regulamentação estão sendo avaliados pela Administradora e poderão vir a ser objeto de deliberação em assembleia de cotistas do Fundo.

Lei nº 14.754

Em 13/12/2023 foi publicada a Lei nº 14.754 ("Lei 14.754/2023"), conforme alterada pela Lei nº 14.789, de 29/12/2023, que dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento fechados e da renda auferida por pessoas físicas residentes no Brasil em aplicações financeiras.

Desta forma, os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes a partir de 1º de janeiro de 2024 em fundos de investimento fechados, exceto a) FIA; b) FIDC e FIP, classificados como Entidade de Investimento, nos termos da Resolução CMN n° 5.111 de 21/12/2023 e ETF passarão a ter incidência periódica ("come-cotas") do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no último dia útil dos meses de Maio e Novembro, às alíquotas de 15% ou 20%, conforme tipo de fundo e/ou o prazo médio da carteira do fundo. No momento do resgate, amortização ou distribuição de rendimentos deverá ser aplicada alíquota complementar, se aplicável, conforme o prazo de investimento de cada cotista.

A tributação sobre o estoque de rendimentos acumulados até 31/12/2023 também foi prevista na referida Lei 14.754/2023 à alíquota de 15%, com pagamento à vista em maio/2024 ou em até 24 parcelas. Sendo que a cotista pessoa física residente poderá optar pela tributação do estoque à alíquota de 8%, em duas etapas: (i) sobre os rendimentos apurados até 30/11/2023, com pagamento em 4 parcelas iguais, mensais e sucessivas com vencimentos nos dias 29 de dezembro de 2023, 31 de janeiro de 2024, 29 de fevereiro de 2024 e 29 de março de 2024; e (ii) sobre rendimentos apurados entre 1º/12/2023 à 31/12/2023, com pagamento à vista em 31 de maio de 2024.

O Fundo apresenta exclusivamente demonstrações financeiras individuais, consoante requerido pelo §1º do artigo 8º da Instrução CVM 579.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 03 de junho de 2024.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Dentre as principais práticas contábeis, adotadas pelo Fundo destacam-se:

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

b) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "*pro rata die*".

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é representado por disponibilidades e cotas de fundos de investimento com liquidez imediata.

d) Classificação dos instrumentos financeiros para fins de mensuração

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação. Esta categoria está composta por composta por cotas de fundo de investimento em renda fixa, cujo preço é divulgado pelo administrador dos respectivos fundos investidos.

e) Investimento em entidades controladas que não seja qualificado como entidades de investimento

Os investimentos em entidades controladas que não sejam qualificados como entidade de investimento serão atualizados utilizando-se o método da equivalência patrimonial, considerando os direitos econômicos das ações detidas pelo Fundo, com base nas demonstrações financeiras auditadas das entidades investidas na mesma data-base do Fundo. Em caso de impossibilidade de obter as informações na mesma data-base do Fundo, será admitida a utilização de demonstrações financeiras intermediárias em um período máximo de defasagem de até dois meses antes da data das demonstrações financeiras do Fundo.

f) Dividendos recebidos

Para os fundos não qualificados como entidade de investimento, as distribuições de lucro declaradas e provisionadas pelas investidas reduzem o valor contábil do investimento no Fundo.

g) Provisão para ativos e passivos contingentes

O Fundo ao elaborar suas demonstrações financeiras faz a segregação entre:

Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para o Fundo cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.

Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Fundo.

Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de eventos além do controle do Fundo. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado

que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

h) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Os lançamentos em rubricas contábeis de ativo e passivo são registrados por regime de competência e estão divididos em "circulantes" (com vencimento em até 365 dias) e "não circulantes" (com vencimento superior a 365 dias).

4 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em disponibilidade financeira. Neste contexto, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão assim representados:

	2023	2022
Disponibilidades	1	2
Cotas de fundos de investimento **(i)**	132	100
Total	**133**	**102**

(i.) Cotas de fundo de investimentos

	2023			2022		
Fundos de Investimento	**Quantidade**	**Valor da cota***	**Valor de mercado**	**Quantidade**	**Valor da cota***	**Valor de mercado**
OT Soberano FI RF Referenciado DI	52,296753	2.514,69	132	45,127629	2.228,61	100

(*) Valor apresentado em Reais.

5 Títulos e valores mobiliários

a) Títulos dados em garantia

Conforme contrato firmado em 05 de janeiro de 2017, tendo como objeto a compra e venda de ações da Lavebrás Festão de Têxteis S.A., conforme definido no *Share Purchase Agreement "SPA"* entre a Atmosfera Gestão e Higienização de Têxteis S.A ("comprador") e o Fundo ("vendendor"), onde parte do valor da venda correspondente ao montante de R$ 49.000 (quarenta e nove milhões de reais) ficou retido numa conta depósito, sendo aplicado em cotas de fundos de investimento, pelo prazo de até 5 anos, onde, seguindo a política de investimento estabelecida, os recursos são movimentados exclusivamente pelo banco depositário, sendo possível a transferência para conta de livre movimentação do Fundo, como também para devolução à compradora, conforme condições estabelecidas na SPA.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve resgate de 348.307,66 cotas no valor de R$ 28.411 dadas em garantia, como devolução de parte da venda, no total de R$ 3.210, registrado na demonstração de resultado na rubrica "Outras despesas" e o montante de R$ 25.200 em favor do fundo.

O Fundo mantém esse saldo investido em cotas do fundo de renda fixa Santander Títulos Públicos DI Referenciado e além do saldo dado em garantia, há cotas que podem ser negociadas.

	2023			2022		
Santander Tit Publ DI Ref	**Quantidade**	**Valor da cota***	**Valor de mercado**	**Quantidade**	**Valor da cota***	**Valor de mercado**
Títulos dados em garantia	290.450	101,4952727	29.479	291.035	89,9966445	26.192
Aplicação financeira	-	-	-	-	-	-
Total	**290.450**		**29.479**	**291.035**		**26.192**

(*) Valor apresentado em Reais.

6 Investimento em ações de companhias fechadas

Abaixo apresentamos a composição dos investimentos em ações de companhias de capital fechado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

				2023
Denominação Social	**Participação no capital social**	**Quantidade de ações**	**Custo das ações**	**Saldo**
Terrus S.A. **(ii)**	100,00%	803.000.100	803.000	860.643
Total				**860.643**

				2022
Denominação Social	**Participação no capital social**	**Quantidade de ações**	**Custo das ações**	**Saldo**
Granja Faria S.A. **(i)**	95,36%	13.202.417.442	132.024	352.625
Terrus S.A. **(ii)**	100,00%	763.000.100	763.000	783.721
Total				**1.136.346**

(i) Granja Faria S.A.

A Granja Faria S.A. ("Granja"), anteriormente denominada Avícola Catarinense S.A., uma companhia que atua no mercado avícola com produção própria de ovos, sendo a venda de ovos férteis e pintos de 1 dia o negócio principal da companhia. Além de possuir serviços de industrialização por encomenda (incubação de ovos de terceiros).

Fundada em 1989 na cidade de Lauro Muller, situada em Santa Catarina, região sul do país. Durante 24 anos, atuou no mercado avícola com produção própria de ovos férteis e pintinhos, até que no ano de 2013, através de uma transação com a empresa Granja Faria, passou a fazer parte do grupo contribuindo para a expansão de seus negócios.

Todos os ovos vendidos são próprios da Granja, atualmente, boa parte dos ovos são exportados e tem como destino os países: Alemanha, Arábia Saudita, Costa do Marfim, Emirados Árabes, México, Omã, Paraguai, Senegal e Venezuela. Essas exportações são provenientes das fazendas dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Em 21 de dezembro de 2023 na assembleia geral de cotistas foi aprovada a amortização parcial de cota do Fundo, proporcional entre principal e rendimentos, no montante total de R$543.743.674,73 (quinhentos e

quarenta e três milhões, setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e três centavos), mediante a entrega de 14.252.774.896 (quatorze bilhões, duzentas e cinquenta e dois milhões, setecentos e setenta e quatro mil, oitocentas e noventa e seis) ações ordinárias ("Ações"), registrada sob o ticker "EGGY3", de emissão da Granja Faria S.A., sociedade anônima, com sede da Companhia, localizada na Cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 390, Km 432, S/N, bairro Cento e Sete, CEP 88.880-000.

A amortização de cotas aqui aprovada deverá ser liquidada em 22 de dezembro de 2023, mediante a transferência de titularidade das Ações da Companhia.

(ii) Terrus S.A.

A Terrus S.A. ("Terrus"), anteriormente denominada Perth Participações S.A, é uma sociedade anônima, com sede e foro na Cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 390, KM 432, Loja 01, Bairro KM 107, CEP 88880-000, e filial na Cidade de Sebastião Leal, no Estado do Piauí, na Rua Data Serra Vermelha, s/n, Zona Rural, Fazenda Santa Maria, CEP 64873-000.

A Terrus tem por objeto social cultivo de soja, cultivo de milho, cultivo de trigo, cultivo de outros cereais não especificados anteriormente, cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente, cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente, serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita, atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente e comercio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente.

a) Movimentação do investimento em companhias investidas

						2023
Denominação Social	**Saldo inicial**	**Integralização de capital**	**Amortização de cotas**	**Dividendos**	**Resultado do exercício**	**Saldo final**
Granja Faria S.A.	352.625	-	(543.744)	37.386	153.733	-
Terrus S.A.	783.721	40.000	-	-	36.922	860.643
Total	**1.136.346**	**40.000**	**- 543.744**	**37.386**	**190.655**	**860.643**

						2022
Denominação Social	**Saldo inicial**	**Integralização de capital**	**Amortização de cotas**	**Dividendos**	**Resultado do exercício**	**Saldo final**
Granja Faria S.A.	194.385	-	-	-	158.240	352.625
Terrus S.A.	762.623	10.000	-	-	11.098	783.721
Total	**957.008**	**10.000**	**-**	**-**	**169.338**	**1.136.346**

b) Atualização no exercício

Conforme análise do Administrador sobre os balancetes não auditados de outubro das investidas do exercício de 2023, houve uma valorização total do investimento no valor de R$ 190.655 (2022: R$ 193.139) contabilizados no resultado do Fundo na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial".

Granja Faria S.A

Na assembleia geral extraordinária da Granja Faria S.A. realizada em 27 de março de 2023 foi deliberado:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
c) Rerratificar a destinação dos resultados dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 devido a ajustes retrospectivos evidenciados nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

Na assembleia geral extraordinária da Granja Faria S.A. realizada em 29 de maio de 2023 foi deliberado:

a) Aprovar o aumento do capital social no montante de R$ 89.203.509,26 (oitenta e nove milhões, duzentos e três mil e quinhentos e nove reais e vinte e seis centavos), o qual passará de R$ 149.457.898,47 (cento e quarenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e sete centavos) para R$ 238.661.407,73 (duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sete reais e setenta e três centavos), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização (a) de R$ 39.203.509,26 (trinta e nove milhões, duzentos e três mil e quinhentos e nove reais e vinte e seis centavos) referente a saldos a pagar referentes a dividendos; e (b) de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) referentes à reserva de lucros apurada conforme as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b) Em decorrência do Aumento de Capital, aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R$ 238.661.407,73 (duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sete reais e setenta e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 14.945.789.847 (quatorze bilhões, novecentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."

c) Aprovar a consolidação do Estatuto Social, o qual passará a vigorar com a redação constante do Anexo I à presente ata.

Na assembleia geral extraordinária da Granja Faria S.A. realizada em 06 de julho de 2023 foi deliberado:

A ratificação da aquisição, pela Companhia, de participação societária indireta representativa de 60% do capital social da Katayama Alimentos Ltda., por meio de aquisição, diretamente, de 100% das quotas da Nascente Participações Ltda. e 100% das quotas da Ômega Participações Ltda., que juntas deterão 60% das quotas da GGK Participações Ltda. controladora direta da Katayama Alimentos Ltda., com 100% das quotas de sua emissão, em atenção ao Artigo 256, §1º da Lei das Sociedades por Ações, conforme termos e condições da operação apresentados aos Acionistas com a devida antecedência. Em razão da referida retificação, os acionistas da Companhia declaram que não exerceram o direito de recesso previsto no artigo 256, §2º da Lei das Sociedades por Ações.

Em 02 de agosto de 2023 na assembleia geral dos cotistas foi deliberado a aprovação da ratificação da fixação do número de membros para o Conselho de Administração da Companhia em 5 (cinco) membros, com a subsequente eleição do Sr. GILSON TADASHI KATAYAMA, para um mandato unificado de 2 (dois) anos junto aos demais Conselheiros eleitos na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de março de 2023, encerrando-se na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, sendo permitida a reeleição.

Na assembleia geral extraordinária da Granja Faria S.A. realizada em 02 de agosto de 2023 foi deliberado:

a) Aprovar a ratificação da fixação do número de membros para o Conselho de Administração da Companhia em 5 (cinco) membros, com a subsequente eleição do Sr. GILSON TADASHI KATAYAMA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG sob o n° 11.962.216-6 SSP/SP e no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) nº 111.242.788-00, residente e domiciliado na Cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, com endereço à Rua Aguapeí, nº 3.300, casa 208, Condomínio Parque dos Araças, bairro Jardim do Prado, CEP 16.025-455, para um mandato unificado de 2 (dois) anos junto aos demais Conselheiros eleitos na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de março de 2023, encerrando-se na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, sendo permitida a reeleição.

b) O Conselheiro da Companhia, ora eleito será empossado, mediante assinatura do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio, tendo declarado, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 80, bem como que estará sujeito à cláusula compromissória prevista no estatuto social da Companhia, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado. Nos termos do Artigo 12, parágrafo 1º do Estatuto Social, os acionistas deliberam, ainda, a caracterização do Sr. GILSON TADASHI KATAYAMA, nos termos do regulamento do Novo Mercado, após a análise de seus currículos e histórico profissional, restou verificado o seu não enquadramento nos critérios de independência estabelecidos no regulamento do Novo Mercado. Entretanto, consignam os acionistas que o percentual de 20% de conselheiros independentes no conselho da Companhia permanece atendido, tendo em vista a eleição e 2 conselheiros independentes na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de março de 2023.

c) A autorização para a Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia conforme o caso, tomarem as providências e praticar todos os atos necessário a implementação das deliberações aqui consubstanciadas, ficam aqui também ratificados os atos já praticados.

Na assembleia geral extraordinária da Granja Faria S.A. realizada em 13 de dezembro de 2023 foi Deliberado:

a) Aprovar a submissão, pela Companhia, de pedido de cancelamento de listagem, admissão à negociação das ações da Companhia na B3 e adesão da Companhia ao Novo Mercado;

b) Aprovar a submissão à B3: (a) do pedido de adesão da Companhia ao Segmento Básico; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3

do Contrato de Participação do Segmento Básico, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Segmento Básico, incluindo a celebração do Contrato de Participação do Segmento Básico com a B3;

c) Aprovar a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações;

d) Aprovar a autorização ao Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, a praticarem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações; e
e) Aprovar a lavratura da ata na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

f) Autorizar a Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia conforme o caso, tomarem as providências e praticar todos os atos necessário a implementação das deliberações, ficam aqui também ratificados os atos já praticados.

Na assembleia geral extraordinária da Granja Faria S.A. realizada em 18 de dezembro de 2023 foi deliberado:

a) Aprovar o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 106.126.891,48 (cento e seis milhões, cento e vinte e seis mil e oitocentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos), o qual passará de R$ 238.661.407,73 (duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sete reais e setenta e três centavos) para R$ 344.788.299,21 (trezentos e quarenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização (a) de R$ 56.126.891,48 (cinquenta e seis milhões, cento e vinte e seis mil e oitocentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos) referente a saldos a pagar de juros sobre capital próprio; e (b) de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) referentes à reserva de lucros apurada conforme as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de novembro de 2023.

b) Em decorrência do Aumento de Capital, aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R$ 344.788.299,21 (trezentos e quarenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 14.945.789.847 (quatorze bilhões, novecentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

c) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Terrus S.A

Na assembleia geral extraordinária da Terrus S.A. realizada em 25 de julho de 2023 foi deliberado:

a) Aprovar o aumento do capital social no montante de R$ 763.000.100,00 (setecentos e sessenta e três milhões e cem reais), dividido em 763.000.100 (setecentos e sessenta e três milhões e cem)

ações ordinárias, para R$ 803.000.100,00 (oitocentos e três milhões e cem reais), dividido em 803.000.100 (setecentos e sessenta e três milhões e cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, aumento esse, portanto, no valor de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), mediante a emissão de 40.000.000 (quarenta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ações essas que são colocadas para subscrição particular pelo Fundo.

b) Em decorrência do aumento de capital, aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R$ 803.000.100,00 (oitocentos e três milhões e cem reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 803.000.100 (setecentos e sessenta e três milhões e cem) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."

7 Gerenciamento e fatores de risco

a) Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Oliveira Trust e o gerenciamento de riscos dos fundos que a instituição administra, são segregadas entre si e das demais unidades de negócios e da auditoria interna.

O gerenciamento de riscos dos fundos é acompanhado por equipe especializada, tendo como complemento ao trabalho, a equipe de compliance e os comitês institucionais específicos, formados por diretores e gerência, quando necessários. A análise e avaliação dos riscos seguem conforme os critérios e especificações de cada fundo, mercado externo e características próprias das carteiras, definidas pelos regulamentos.

O processo de gestão de riscos dos fundos, acompanhado pela administradora, tem por objetivo sistematizar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos incorridos na atividade do Fundo.

b) Fatores de risco

Risco de liquidez
Consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Administrador poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o Administrador a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de amortizações e resgates aos cotistas, nos termos do regulamento;

Risco de crédito
Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e

equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos ativos que compõem a carteira;

Risco de mercado
Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos integrantes da carteira, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Essas oscilações de preço podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas;

Existem outros fatores de risco que o Fundo está exposto, os quais poderão ser verificados no regulamento.

8 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial ou se as operações envolverem opções de compra ou venda de ações das companhias que integram a carteira do Fundo com o propósito de: a) ajustar o preço de aquisição da companhia com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou b) alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento, conforme orientação expressa da assembleia geral.

O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

9 Prestadores de serviços

Os prestadores de serviços são:

Administração:	Oliveira Trust Servicer S/A
Controladoria:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Escrituração:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Custódia:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Tesouraria:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Gestão:	Oliveira Trust Servicer S/A

10 Encargos

Os encargos e despesas debitados ao Fundo e respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio são os seguintes:

	2023		2022	
	R$	% sobre PL Médio	R$	% sobre PL Médio
Taxa de administração	334	0,03%	399	0,12%
Taxa de custódia e auditoria	177	0,01%	206	0,06%
Taxa B3/SELIC	110	0,01%	71	0,02%
Advogados	77	0,01%	-	0,00%
Taxa de fiscalização CVM	55	0,00%	51	0,02%
Tarifa bancária	1	0,00%	1	0,00%
Taxa de escrituração	1	0,00%	-	0,00%

Total	**755**	**0,06%**	**728**		**0,22%**
PL Médio	**1.254.487**			**319.485**	

a) Remuneração da administradora

A administradora receberá taxa de administração equivalente ao valor variável correspondente a 0,12% ao ano provisionada a cada dia útil, à razão 1/252, sobre o valor do patrimônio líquido apurado no dia útil imediatamente anterior, sujeita ao limite de, no mínimo, R$ 15 mensais e, no máximo, R$ 26 mensais; sendo os valores mencionados acima devidos sempre no último dia útil de cada mês, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de cotas, inclusive.

A remuneração mencionada no item 16.1 do regulamento será acrescido de R$ 2 por companhia alvo adicional à primeira.

Desde que aprovado pela assembleia geral, adicionalmente ao disposto na cláusula 16 do regulamento, para implementação das decisões tomadas em reunião formal ou assembleia geral extraordinária de cotistas ou de acionistas das sociedades investidas, ou durante quaisquer procedimentos a serem adotados pela administradora em IPO's, se houver, será devida uma remuneração adicional, equivalente a R$ 0,5 por hora-homem de trabalho dedicado à tais atividades, pagas 5 dias após comprovação da entrega, pela administradora, de "relatório de horas" enviado aos cotistas será devido à administradora.

A taxa de administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação da assembleia geral, bem como não incluem, igualmente, despesas relacionadas à contratação de serviços especializados, tais como de auditores independentes, assessores legais ao Fundo, entre outros.
A administradora não fará jus a taxa de desempenho.

A administradora poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido subcontratados pela administradora, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

b) Remuneração do custodiante

Pelos serviços de custódia qualificada, compreendido os serviços de custódia, controladoria e escrituração, o custodiante receberá, sempre no último dia útil de cada mês, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de cotas, inclusive, taxa de custódia qualificada correspondente a 0,05% ao ano provisionada a cada dia útil, à razão 1/252, sobre o valor do patrimônio líquido apurado no dia útil imediatamente anterior, que será deduzida da taxa de administração prevista no item 16.1. do regulamento.

Os montantes de valores em reais previstos acima serão atualizados a cada período de 12 (doze) meses a contar do mês em que ocorrer a primeira integralização de cotas.

11 Patrimônio líquido

a) Subscrição e integralização

As cotas correspondem a frações ideais do patrimônio líquido e são de uma única classe.

Todas as cotas terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pela administradora.

As cotas serão objeto de ofertas restritas destinadas exclusivamente a investidores profissionais residentes no Brasil, nos termos da Resolução CVM n.º 160/22 e alterações posteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve subscrição e integralização de 111.319 cotas (2022: 34.646 cotas) no montante de R$ 40.700 (2022: 10.235).

b) Amortização

As cotas poderão ser amortizadas a qualquer tempo durante o prazo de duração do fundo, conforme deliberação da assembleia geral e observados os termos e condições estabelecidos no regulamento.

Para fins de amortização de cotas, será considerado o valor da cota do dia útil imediatamente anterior à data do pagamento da respectiva parcela de amortização, correspondente à divisão do patrimônio líquido pelo número de cotas emitidas e em circulação, ambos apurados no dia útil imediatamente anterior à referida data do pagamento da respectiva parcela de amortização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ocorreu a amortizações de cotas da Granja Faria S.A no montante de R$ 543.743 (2022: R$ 24.900 sendo R$ 22.309 como principal e R$ 2.591 como rendimento).

c) Resgate

As cotas somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

d) Ambiente de negociação das cotas

As cotas do Fundo são negociadas na forma escritural e admitidas à negociação no mercado secundário em mercado de bolsa de valores administrado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

e) Evolução, patrimônio líquido médio e rentabilidade

Exercício findo em	Valor da cota*	Rentabilidade (%)**
31 de dezembro de 2023	365,99	15,66%
31 de dezembro de 2022	365,22	21,95%

(*) Valores apresentado em Reais.
(**) O cálculo da rentabilidade desconsidera os efeitos da integralização e considera a cisão ocorridos no período.
A rentabilidade passada não é garantia de resultados futuros.

12 Atos societários

Em 25 de junho de 2023 na assembleia geral dos cotistas foi deliberado o aumento do capital social no montante de R$ 763.000 ações ordinárias, para R$ 803.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, aumento esse, portanto, no valor de R$ 40.000, mediante a emissão de 40.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ações essas que são colocadas para subscrição particular pelo Fundo.

Em 21 de dezembro de 2023 na assembleia geral dos cotistas foi deliberado a amortização parcial de cota do Fundo, proporcional entre principal e rendimentos, no montante total de R$543.743.674,73 (quinhentos e quarenta e três milhões, setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e três centavos), mediante a entrega de 14.252.774.896 (quatorze bilhões, duzentas e cinquenta e dois milhões, setecentos e setenta e quatro mil, oitocentas e noventa e seis) ações ordinárias ("Ações"), registrada sob o ticker "EGGY3", de emissão da Granja Faria S.A., sociedade anônima, com sede da Companhia, localizada na Cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 390, Km 432, S/N, bairro Cento e Sete, CEP 88.880-000.

A amortização de cotas aqui aprovada deverá ser liquidada em 22 de dezembro de 2023, mediante a transferência de titularidade das Ações da Companhia.

Em 15 de março de 2022 na assembleia geral dos cotistas foi deliberado a amortização proporcional no montante de 24.900

Em 05 de agosto de 2022 na assembleia geral dos cotistas foi deliberada a aprovação das contas e as demonstrações financeiras do Fundo, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, apresentadas pelo Administrador, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

13 Política de divulgação das informações

O administrador do fundo deverá enviar aos cotistas, à entidade administradora de mercado organizado onde as cotas estejam admitidas à negociação e à CVM, por meio do sistema de envio de documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as seguintes informações:

i. Trimestralmente, em até 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as informações referidas no modelo do Anexo 46-I da Instrução 578;

ii. Semestralmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;

iii. Anualmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do exercício social, as demonstrações contábeis auditadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório do administrador e gestor a que se referem os arts. 39, IV, e 40, I da Instrução 578.

14 Tributação

De acordo com a Lei nº 11.312/06 os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos fundos de investimento em participações, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas.

No caso de amortização de cotas, o imposto incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, sujeito ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. Da mesma forma, estão sujeitos à tributação do imposto de renda, utilizando-se à mesma alíquota, os rendimentos auferidos pelos cotistas quando da distribuição de valores pelo Fundo.

Os cotistas residentes ou domiciliados no exterior que detenham, isoladamente e em conjunto com partes ligadas conforme definido na referida Lei, até 40% das cotas do Fundo, desde que não sediados em países que não tributem a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20%, estão sujeitos à alíquota de 0% na retenção do imposto de renda na fonte.

15 Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº. 162/22, registre-se que a administradora, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

16 Demandas judiciais

No exercício, não temos conhecimento de litígios, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, bem como qualquer outro fato que possa ser considerado contingência na esfera judicial, contra ou a favor do Fundo.

17 Partes relacionadas

Exceto pelos serviços prestados, conforme disposto na nota explicativa nº 10 e 11, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram realizadas outras operações com partes relacionadas ao Fundo.

Parte relacionada	Natureza do relacionamento	Tipo de transação	Montante das transações	
			2023	2022
Oliveira Trust Servicer S.A..	Administradora	Despesa	334	399
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Custodiante	Despesa	154	187

18 Eventos subsequentes

Não há qualquer evento subsequente que deva ser informado.

* * *

Ivy Araújo Santos
Contadora CRC RJ-123090/O-3

José Alexandre Costa de Freitas
Diretor responsável
CPF 008.991.207-17